



## PARTE B

### CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

#### Despacho n.º 2076/2012

Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com os artigos 73.º a 78.º, todos do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, e após homologação da ata do júri constituído para o efeito, torna-se público que a assistente técnica Paula Cristina Ramos da Fonseca Pedras concluiu com sucesso o respetivo período experimental com a avaliação final de 16 valores.

30 de dezembro de 2011. — A Secretária-Geral, *Ana Catarina Mendes Moreira Braga*.

205706704

### PROVEDORIA DE JUSTIÇA

#### Aviso n.º 2285/2012

Nos termos do disposto no n.º 6, do artigo 36.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, e após homologação de S. Ex.ª o Provedor de Justiça, de 2 de fevereiro de 2012, torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados e das exclusões ocorridas no decurso da aplicação dos métodos de seleção, do procedimento concursal comum na modalidade de relação jurídica de emprego público titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com vista ao preenchimento de quatro postos de trabalho para a carreira e categoria de técnico superior do mapa de pessoal da Provedoria de Justiça (utilização faseada dos métodos de seleção — segunda tranche) — Aviso n.º 5010/2010, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 48, de 10 de Março de 2010.

A mencionada lista encontra-se afixada nas instalações da Provedoria de Justiça, sita na Rua do Pau de Bandeira, n.º 9, 1249-088 Lisboa, e publicitada na página eletrónica deste organismo em [www.provedor-jus.pt](http://www.provedor-jus.pt),

nos termos do n.º 3, do artigo 30.º da mesma Portaria, por força do citado artigo 36.º

Da homologação da lista unitária de ordenação final pode ser interposto recurso nos termos do artigo 39.º, da referida Portaria.

6 de fevereiro de 2012. — A Secretária-Geral, *Maria da Conceição Poiares*.

205712714

#### Despacho n.º 2077/2012

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, com a redação atualmente vigente, nomeio, em comissão de serviço, a licenciada em Direito Diana Marisa Nunes Grilo, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir do dia 1 de fevereiro de 2012.

24 de janeiro de 2012. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

#### Nota curricular

Licenciada em Direito, em 2007, pela Faculdade de Direito de Lisboa, na menção de jurídico-políticas, com média final de 16 valores (sistema “Pré-Bolonha”).

Pós-Graduada em Direito dos Contratos Públicos, em 2008, pela Faculdade de Direito de Lisboa, com classificação final de 16 valores.

Pós-Graduada em Contencioso Administrativo, em 2009, pela Faculdade de Direito de Lisboa.

Advogada Estagiária na Simmons & Simmons, Rebelo de Sousa (no Departamento de Direito Público) desde outubro de 2007 a julho de 2010.

Agregação à Ordem dos Advogados concluída em Junho de 2010. Advogada na Miranda Correia Amendoeira & Associados, Sociedade de Advogados (nas Áreas de Prática de Energia e de Direito Público), desde Setembro de 2010 até janeiro de 2012.

205716319



## PARTE C

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

#### Gabinete do Primeiro-Ministro

#### Despacho n.º 2078/2012

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, designo como técnica especialista a licenciada Elsa Maria da Palma Francisco, inspetora da carreira especial de inspeção, do mapa de pessoal da Inspeção-Geral de Finanças, para prestar as funções de assessoria técnica especializada ao meu Gabinete no âmbito das respetivas habilitações e qualificações.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, o estatuto remuneratório da designada é o dos assessores.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos desde 16 de janeiro de 2012.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

3 de fevereiro de 2012. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

#### ANEXO

#### Nota curricular

Dados pessoais e habilitações académicas:

Elsa Maria da Palma Francisco, 40 anos, licenciada em Gestão pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (1989-1994), com média final de treze valores.

Experiência profissional:

Desde setembro de 2009, Diretora de Serviços de Administração Financeira do Departamento Geral de Administração da Secretaria Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, conforme despacho publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 174, de 8 de setembro de 2009.

Entre outubro de 2007 e agosto de 2009, Diretora de Serviços de Administração Financeira, em regime de substituição, do Departamento Geral de Administração da Secretaria Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, conforme despacho publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 2, de 3 de janeiro de 2008.

Entre maio de 2007 e setembro de 2009, Chefe de Divisão de Processamento e Conferência da Direção de Serviços de Administração Financeira do Departamento Geral de Administração da Secretaria Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, conforme despacho publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 235, de 6 de dezembro de 2007.

Entre setembro de 2004 e Abril de 2007, Chefe de Divisão de Gestão Financeira da Direção de Serviços de Administração Financeira do De-